

**A breve esquerda tucana: MUP/socialistas-democráticos (1987-1990)**

**Camila Rocha (DCP-USP)**

Trabalho preparado para o V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política da Universidade de São Paulo de 13 a 17 de abril de  
2015

**Resumo:**

Neste trabalho abordarei a controversa questão acerca da (in)definição ideológica do PSDB nos primeiros momentos que se seguiram após sua fundação em 1988. Procurarei defender que o partido, em seus primeiros anos, poderia ser classificado como sendo de centro-esquerda tendo em vista a atuação de uma corrente de políticos socialistas democráticos oriundos de uma facção de esquerda do PMDB denominada Movimento de Unidade Progressista (MUP) que forneceu boa parte dos peessedebistas que ficaram conhecidos como “socialistas democráticos” e que constituíram mais de 1/3 do total dos primeiros parlamentares tucanos. Acredito que por meio de uma exposição mais detalhada das trajetórias do MUP e da tendência dos socialistas democráticos, fenômeno que não foi considerado de forma satisfatória nem pela bibliografia que defende a classificação de centro-esquerda (Kinzo, 1989;1993; Novaes,1994; Power 2000), e nem por aquela que rechaça tal caracterização (Roma, 1999; Guiot, 2006), será possível reunir evidências importantes que fortaleçam o posicionamento aqui adotado.

*“Modernizar não quer dizer realizar as reformas e as revoluções capitalistas que tornam o desenvolvimento capitalista, nos seus limites históricos, um fator de transformação da sociedade civil, da cultura e do Estado. “Modernizar” significa reajustar as economias periféricas às estruturas e aos dinamismos das economias centrais, para que o fluxo da expropriação dual do excedente econômico alimente as taxas de crescimento da acumulação capitalista nos ritmos necessários ao “bom andamento dos negócios”, ao assalto pirata do botim nacional.*

Florestan Fernandes (1985:60)

## **Introdução**

Neste trabalho abordarei um dos problemas que dividiu os pesquisadores no campo da ciência política que estudaram de forma mais ou menos central o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): o de sua (in)definição ideológica nos primeiros momentos que se seguiram a sua fundação, no ano de 1988, em meio à Assembleia Nacional Constituinte (ANC). De acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2002), cientistas políticos como Maria D’Alva Kinzo (1993), Carlos Alberto Novaes (1994), além de Timothy Power (2000), bem como análises realizadas pelo DIAP e pela FIESP durante a ANC (Lamounier, 1990), classificam o PSDB como sendo um partido de centro-esquerda nos primeiros momentos que se seguiram a sua fundação. No entanto, para Celso Roma (1999) o PSDB sempre teria sido um partido “centrista”, sendo que a intenção de ocupar um espaço de centro-esquerda seria puramente pragmática, no que é secundado por André Pereira Guiot (2006), que defende que a ideologia neoliberal, disfarçada sob o rótulo de “terceira via”, já estava presente nos primeiros documentos da agremiação. Por fim, apesar do nome adotado pelo partido, sua caracterização ideológica como social democrata não é defendida por nenhum dos autores citados, o que alimenta ainda mais as dúvidas em relação à classificação do PSDB como sendo originalmente de centro-esquerda, centro ou talvez até centro-direita, se for levada em consideração o argumento de Guiot sobre a orientação neoliberal.

No presente trabalho me posiciono à favor daqueles que defendem que o PSDB, nos primeiros momentos após sua fundação, era um partido de centro-esquerda. Procurarei argumentar aqui que tanto Roma (1999) como Guiot (2006)

teriam dado muita atenção às lideranças que articularam o PSDB, que formavam o grupo dos “social democratas”, e que realmente podem ser caracterizadas como mais “centristas” e receptivas à adoção de medidas econômicas de cunho (neo)liberal já em 1988, ano da fundação do PSDB. Porém, ambos os autores levaram pouco em consideração a atuação de políticos de esquerda que faziam parte de uma facção do PMDB denominada Movimento de Unidade Progressista (MUP) e que deu origem, em conjunto com alguns outros parlamentares de esquerda vindos de outras agremiações, a uma tendência peessedebista que abrigava políticos que ficaram conhecidos como “socialistas democráticos”. Os socialistas democráticos compunham mais de 1/3 dos primeiros parlamentares tucanos e tiveram grande influência em momentos políticos decisivos durante os primeiros anos da agremiação tucana.

Assim, acredito que por meio da exposição mais detalhada das trajetórias do MUP e da tendência peessedebista dos socialistas democráticos, fenômenos que também não foram abordados de forma satisfatória pela bibliografia que defende a classificação de centro-esquerda para o recém-criado PSDB, será possível reunir evidências importantes que fortalecem o posicionamento adotado neste trabalho<sup>1</sup>. As trajetórias serão reconstituídas com base na bibliografia existente acerca do PMDB e do PSDB e também a partir de uma pesquisa documental em fontes jornalísticas diversas do período aqui analisado recolhidas junto à Biblioteca Digital do Senado, à luz dos conceitos propostos por Giovanni Sartori de “facção (grupo de poder específico) e de tendência (série especificada de atitudes). Para que se possa ter uma ideia dessa divisão, uma facção pura e uma tendência pura representam os extremos opostos em um contínuo” de maior e menor divisionismo partidário respectivamente (Sartori, 1982 apud Fleischer; Ramos, 1999:5).

### **1. MUP: “a costela esquerda do PMDB”**

A dissolução do sistema bipartidário artificial criado no regime militar em 1979 tinha a intenção principal de controlar melhor o processo de liberalização por

---

<sup>1</sup>Metodologicamente o presente trabalho se aproxima de um “*explaining outcome congruence study*”, isto é, um estudo qualitativo que reúne pistas ou evidências que permitem vislumbrar possíveis relações de causalidade mas não as confirma de forma sólida uma vez que não são apontados mecanismos causais, como ocorre em estudos que utilizam *process-tracing* (Beach; Pedersen, no prelo:247).

meio da fragmentação da oposição reunida no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual juntava diferentes grupos políticos em prol da democratização do país e havia começado a ter importantes vitórias eleitorais (Kinzo, 1988). Ainda que tal intenção não tenha se concretizado totalmente, uma vez que o MDB, transformado em PMDB, não se desintegrou, os conflitos internos do partido se acirravam à medida que o ideal que mantinha diversas tendências unidas dentro de um único partido perdia o sentido com o avanço do processo de transição e também em virtude do ingresso de muitos veteranos da ARENA/PSD ingressavam no partido<sup>2</sup>, fazendo com que certos grupos passassem a ventilar o intuito de criar novas agremiações (Idem, 1988).

A despeito de três facções progressistas, que já eram partidos entre 1945 e 1965, terem saído do PMDB para concorrerem às eleições de 1985 e 1986, o PSB, o PCB e o PCdoB (Fleischer; Ramos, 1999) e das disputas internas do PMDB terem se agravado durante o governo de José Sarney, foi apenas em meio à Assembleia Nacional Constituinte (ANC), realizada entre os anos de 1987 e 1988, que a intenção de criar um novo partido, a partir do PMDB, tomou corpo. Nessa época o cenário político nacional estava marcado pela crise do nacional-desenvolvimentismo, aprofundada pela crise da dívida e pela espiral inflacionária (Sallum Jr., 1996), o que dividia a maior parte dos políticos entre aqueles que apostavam no abandono das políticas desenvolvimentistas e aqueles que defendiam sua continuação com certas modificações.

Os primeiros, mais identificados com propostas de cunho (neo)liberal, apostavam na abertura da economia, na integração do país nas redes do capitalismo globalizado, no enxugamento da máquina estatal e na eliminação de “entraves” para estimular os investimentos estrangeiros. Já os segundos procuravam dar continuidade ao legado do desenvolvimentismo, no que tange à manutenção das empresas estatais e na defesa do “patrimônio nacional”, mas com certas modificações que incluíam a adoção de reformas socializantes que visassem a redistribuição da renda e da propriedade urbana e agrária, bem como de medidas democratizantes que

---

<sup>2</sup> “Nas eleições de 1986 para a Constituinte, de cada grupo de cinco peemedebistas um era ex-arenista ou ex-pedessista. Também de cada três ex-arenistas ou pedessistas que foram eleitos à Constituinte, um chegou lá graças à sigla partidária do antigo inimigo” (Fleischer; Marques, 1999:12)

possibilitassem maior participação política e liberdade de organização por parte das classes trabalhadoras.

É possível dizer que estes dois “polos” ideológicos, o “(neo)liberalizante” e o “socializante”, serviram como balizas para o alinhamento de uma parte razoável dos políticos do PMDB em diferentes “blocos” e “grupos” durante a ANC. Assim, a maior parte daqueles que se alinhava ao polo “(neo)liberalizante” formou, junto com vários ex.-arenistas do PDS e do PFL, o bloco suprapartidário conhecido como “Centrão”, e aqueles que se identificavam mais com o polo “socializante”, com raras exceções, formaram o Movimento de Unidade Progressista (MUP). O MUP foi formado “pouco mais de quatro meses da escolha do Líder Mário Covas (representando o PMDB junto ao Congresso Constituinte), mais precisamente na manhã de 20 de julho de 1987, (quando) reuniram-se na residência da Deputada baiana Abigail Feitosa, cerca de 30 parlamentares, dos 60 integrantes da ala esquerda do PMDB”, o objetivo do grupo era “o desligamento do PMDB e a formação de um novo partido”, do qual foram dissuadidos por Mário Covas com o argumento de que era preciso unir os grupos progressistas para conquistar avanços democráticos. (Fleischer; Ramos, 1999:61).

Definido como “a esquerda do PMDB” (Assumpção, 2008), ou, como preferia o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA)<sup>3</sup>, “a costela esquerda do PMDB” (Fleischer; Ramos, 1999:64), o MUP, que reunia cerca de 40 parlamentares, de um total de 559 que atuavam na ANC (Fleischer; Ramos, 1999; Sanchez, 2003), fez parte de um grupo interpartidário que congregava todos os partidos de esquerda da época, PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB e que foi formado com o intuito de apresentar emendas ao projeto de Constituição<sup>4</sup>. Na época, o MUP era considerado como “aliado estreito” por políticos como Miguel Arraes (PSB) e Mário Covas (PMDB)<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Leonelli “declarava sua crença de que a metade dos integrantes do MUP poderiam aderir a um partido socialista, desde que contassem com adesões importantes como a dos senadores peemedebistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente líderes na Constituinte e no Senado” (Fleischer; Ramos, 1999:64).

<sup>4</sup> Ver as matérias “Consenso e 32 só divergiram em dois pontos” do Correio Braziliense de 6 de setembro de 1987 e “Moderados derrotam emenda que permitia ação contra empresas” de O Globo do dia 4 de outubro de 1987 disponíveis na Biblioteca Digital do Senado.

<sup>5</sup> Cf. “O que é o MUP” no jornal Folha de São Paulo do dia 31 de julho de 1987 disponível na Biblioteca Digital do Senado.

Assim, de modo geral, os peemedebistas de direita se concentravam no “Centrão”<sup>6</sup> e os de esquerda no MUP<sup>7</sup>. No entanto, como demonstra o exemplo do próprio Mário Covas, certos políticos do PMDB participavam ou se aproximavam de “grupos” ou “blocos” de acordo com interesses diversos e que não passavam, necessariamente, por interesses propriamente programáticos/ideológicos. A defesa do parlamentarismo ou do presidencialismo, a extensão do mandato de José Sarney para cinco anos, a possibilidade de ocupar cargos, o recebimento de benefícios políticos/materiais e a luta por espaços de poder fazia com que os políticos do PMDB se distribuíssem em diferentes “grupos”, “blocos” e “coalizões”, como os “autênticos”, os “históricos”, o “grupo do consenso”, “o grupo dos 32”, o “bloco popular” e muitos outros que surgiam e desapareciam em um movimento contínuo de ascensão e queda de articuladores e lideranças que confundia ainda mais o já confuso universo político brasileiro daquele período.

Tendo em vista o propósito deste trabalho, dentre todas essas variadas divisões e alinhamentos, é importante destacar, além da existência do MUP e do “Centrão”, o grupo dos “históricos”, composto por políticos peemedebistas. Neste grupo estavam parlamentares de viés progressista (Idem, 2008) entre os quais os futuros principais articuladores do PSDB, os paulistas Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. Cardoso e Covas defendiam o parlamentarismo e eram contra a extensão do mandato de Sarney para cinco anos ao contrário da maior parte dos peemedebistas que compunham o “Centrão”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> A denominação de “Centrão” aqui é bastante curiosa pois seus integrantes não pertenciam ao centro político e sim à direita, e deveriam formar, portanto, não um “Centrão” mas sim uma “Direitona”. Possivelmente isso se explica por conta de um fenômeno brasileiro conhecido como “direita envergonhada” em que os políticos de direita se dizem de centro para evitar sua identificação com a ditadura militar e com medidas que promovem a desigualdade social. Cf. Power, 1997.

<sup>7</sup> Sanchez (2003), um jornalista que militou junto à esquerda do PMDB na cidade de Santos, faz um relato detalhado da atuação do MUP no estado de São Paulo em um livro publicado pela Fundação Teotônio Vilela. Porém, neste trabalho optei por me concentrar na atuação do MUP em âmbito nacional.

<sup>8</sup> Segundo Assumpção, “o PMDB era composto por quatro tendências: os autênticos, políticos de várias tendências ideológicas que desde o final dos anos 1960 atuavam em defesa do retorno do Estado de Direito; os históricos, membros atuantes no partido desde a fundação e ligados aos setores progressistas; o MUP (Movimento da União Progressista), que se auto-definia como a esquerda do partido, e o “Centrão”, bloco suprapartidário, com forte

Tanto Mário Covas como Fernando Henrique Cardoso, assim como o paranaense Euclides Scalco, que era ligado a Covas, eram lideranças do PMDB que ganharam maior relevo na ANC, competindo por espaço político e visibilidade com outras lideranças mais estabelecidas do partido, como Ulysses Guimarães e, principalmente, Orestes Quércia (Kinzo, 1993; Melhem, 1995 apud Roma, 1999). Porém, a despeito de tais disputas, e da ventilação da formação de um novo partido há algum tempo, foi o MUP que começou a se organizar de forma mais aberta e efetiva para a formação de uma nova agremiação, ainda na metade de 1987, como foi apontado acima, por conta de divergências ideológicas.

## **2. O acirramento das divergências com o PMDB**

No dia 30 de julho de 1987, em uma reunião organizada no apartamento da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), os parlamentares do MUP disseram ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, que não queriam continuar no partido por conta do apoio deste ao governo Sarney e à política econômica praticada então, e, por conta de tais motivos, pretendiam formar um novo partido. Estes mesmos parlamentares apresentaram a Ulysses Guimarães um documento em que criticavam “o governo Sarney, o arrocho salarial (afirmam que os salários estão 30% abaixo do valor de outubro de 1986), as altas taxas de juros e as desvalorizações cambiais”, e o deputado Nelton Friedrich (PR) “falou dos erros do governo na condução da política econômica, da aproximação do Brasil com o FMI, do descumprimento sistemático do programa do partido e das represálias que o governo vem promovendo contra os deputados “progressistas” e que defendem mandato de quatro anos para o presidente Sarney”<sup>9</sup>.

---

atuação na Assembleia Constituinte, afinado com os interesses definidos pelo governo na gestão de José Sarney” (Assumpção, 2008:74). Aqui, no entanto, o MUP é considerado como sendo uma facção do PMDB e não uma tendência por ser um grupo de poder específico que alavancava um alto grau de divisionismo dentro do partido, no que, posteriormente foi acompanhado por políticos de outras tendências como os históricos, como Cardoso e Covas, e os autênticos, como Euclides Scalco.

<sup>9</sup> Ver a matéria “Progressistas ameaçam deixar o PMDB” publicada no dia 31 de julho de 1987 no jornal Folha de São Paulo, disponível na Biblioteca Digital do Senado.

Um mês e meio antes da reunião ocorrida no apartamento da deputada, no dia 16 de junho de 1987, havia sido lançado o Plano Bresser, elaborado pelo então Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira. O Plano Bresser buscava combater a espiral inflacionária por meio de medidas que buscassem sanar o fracasso do plano anterior, o Plano Cruzado<sup>10</sup>. O MUP nutria simpatias explícitas pelo antigo Ministro da Fazenda do governo e principal responsável pelo Plano Cruzado, o empresário Dílson Funaro, e chegou, inclusive, a conversar com o ex-ministro sobre sua indicação para uma possível candidatura à Presidência da República pelo novo partido que iria ser formado pelos dissidentes do PMDB<sup>11</sup>.

Funaro, com o apoio de um conjunto heterogêneo de economistas, entre os quais estavam Edmar Bacha, Pérsio Arida, André Lara Rezende e João Sayad (então Ministro do Planejamento), fora responsável pela elaboração do Plano Cruzado, lançado pelo governo em fevereiro de 1986. O Plano Cruzado era um plano heterodoxo de combate à inflação baseado em três eixos principais, crescimento econômico, criação de empregos e distribuição de renda, cuja principal medida econômica foi o congelamento de preços e salários, o que fez com que o plano econômico obtivesse sucesso logo após sua implementação e recebesse um grande apoio popular (Novelli, 2005). Porém, pouco tempo depois, o Plano Cruzado fracassou, o que fez com que Funaro fosse substituído por Bresser no Ministério da Fazenda.

O fracasso do Plano Cruzado significou o desmonte da “coalizão neodesenvolvimentista” e a abertura da possibilidade de construção de uma nova coalizão baseada na “(...) ideia de que a liberalização econômica pudesse vir a ser uma solução para o problema de reforçar a autoridade do Estado e disciplinar o mercado (...)” (Velasco e Cruz, 1997; 136). De fato, essa ideia passou a fazer parte do discurso estatal após a nomeação de Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda em junho de 1987. Mas a nova coalizão não teve força para impor o seu projeto econômico-liberal de sociedade na Constituinte” (Idem, 2005).

---

<sup>10</sup> Após o Plano Cruzado, houve também o Plano Cruzado II que durou de novembro de 1986 até junho de 1987 (Novelli, 2005).

<sup>11</sup> Ver a matéria “MUP pensa em Funaro para a presidência” publicado no Correio Braziliense no dia 7 de novembro de 1987, disponível na Biblioteca Digital do Senado.

Assim como o Plano Cruzado, o Plano Bresser, que implementou uma combinação de medidas ortodoxas e heterodoxas, também fracassou<sup>12</sup>, fazendo com que seu responsável caísse no final de 1987 e fosse substituído por Mailson da Nóbrega em 6 de janeiro de 1988. O fracasso do Plano Bresser, que fez com que a vontade do MUP de criar um novo partido aumentasse, coincidiu com a votação da mudança do Regimento Interno da ANC, em que Mário Covas fora derrotado por membros do próprio PMDB que haviam aderido ao “Centrão”, cerca de 130 parlamentares.

Tal derrota, segundo o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), teria marcado definitivamente a divisão dentro do PMDB, de modo que o grupo ao qual Covas pertencia, “os históricos”, começou a levar mais a sério a proposta do MUP de criar um novo partido<sup>13</sup>, como parecia confirmar a declaração do deputado Nelton Friedrich do MUP ao Correio Braziliense do dia 22 de dezembro de 1987: “está crescendo muito, entre os progressistas do PMDB (leia-se, principalmente, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso) a disposição de acelerar a divisão dentro do partido, até porque não é mais possível mantê-lo como uma frente”.

Tendo em vista tal desenrolar dos acontecimentos, o MUP marcou uma reunião para o dia 7 de janeiro de 1988, visando a preparação para o encontro dos “históricos”, o qual havia sido marcado para dois dias depois, em 9 de janeiro<sup>14</sup>. No dia 16 de março de 1988, o Jornal de Brasília informou que a possibilidade de aprovação da extensão do mandato de Sarney para cinco anos seria determinante para a formação de um novo partido de centro-esquerda liderado pelos então senadores do PMDB Fernando Henrique Cardoso e José Richa, sendo que o primeiro declarou ao jornal que “se passar o mandato de cinco anos para Sarney, crescerá a sua “determinação” de trabalhar pela criação do novo partido”. De acordo com o jornal “as cogitações em torno de uma nova sigla vêm-se arrastando há quase um ano e não ganharam maior ímpeto precisamente em consequência da hesitação de Fernando Henrique em assumir o comando do projeto”<sup>15</sup>. Para os integrantes do MUP, “os

---

<sup>12</sup> Assim como os quatro planos econômicos que lhe sucederam.

<sup>13</sup> Ver a matéria “MUP pede racha antes que históricos façam” publicada no dia 22 de dezembro de 1987 no Correio Braziliense, disponível na Biblioteca Digital do Senado.

<sup>14</sup> Idem Nota 10.

<sup>15</sup> Ver a matéria “Esquerda admite novo partido” publicada no dia 16 de março de 1988 no Jornal de Brasília, disponível na Biblioteca Digital do Senado.

maiores entusiastas da ideia” de fundar um novo partido, segundo o Jornal de Brasília, seria preciso que uma figura de expressão nacional encabeçasse a iniciativa, sendo que o nome de Mário Covas teria sido sugerido por integrantes da dissidência<sup>16</sup>.

Apesar de terem sinalizado um avanço, os “históricos” ainda hesitavam e pareciam esperar os resultados da votação dos temas que lhes eram mais caros, provavelmente menos por questões ideológicas e mais por questões táticas e estratégicas<sup>17</sup>. Apesar da convicção dos parlamentaristas de que o plenário da Constituinte fosse derrotar o presidencialismo, no dia 22 de março de 1988, “(...) com a presença de todos os 559 membros da Constituinte e apoio decisivo do “Centrão”, foram aprovadas a manutenção do regime presidencialista e a duração de cinco anos para o mandato do presidente da República. A decisão teve repercussões no PMDB: senadores - entre eles Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa - e deputados deixaram o partido e fundaram, em junho de 1988, o PSDB”<sup>18</sup>.

Levando em consideração tal desenrolar dos acontecimentos, seria possível questionar por que o MUP não formou um partido próprio antes, precisando recorrer, para tanto, ao grupo dos “históricos”? Acredito que o argumento fornecido por Power (2000), também encampado por David Fleischer e Jales Ramos Marques (1999:59), seja bastante satisfatório: “no MUP faltavam notáveis, ilustrando a hipótese de Sartori de que facções não se transformam em partidos a não ser que adquiram os recursos eleitorais para fazê-lo (Sartori, 1976). Os fundadores do PSDB sabiam muito bem que possuíam tais recursos – muitos já estavam planejando fundar um novo partido assim que a ANC fosse encerrada e novas eleições fossem marcadas, mas o comportamento do governo Sarney no início de 1988 os convenceu a agirem antes daquilo que fora planejado. Após a derrota do parlamentarismo em março, ficou cada vez mais desconfortável permanecer como uma facção quando já era bastante óbvio que o grupo era viável como um partido” (Power, 2000, tradução minha)

### **3. MUP/”socialistas democráticos”: os tucanos de esquerda**

---

<sup>16</sup> Idem Nota 12.

<sup>17</sup> Lamounier (1989;102 apud Roma, 1999) chama atenção para um outro aspecto que também teria tensionado o grupo dos “históricos”, o apoio de políticos de direita à candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo.

<sup>18</sup> Cf. <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2008/09/25/na-constituente-tentativa-de-adocao-do-parlamentarismo-fracassou>

Das 115 pessoas que assinaram a ata de fundação do PSDB, cerca de 47 eram parlamentares constituintes<sup>19</sup>, o que fazia com que o novo partido já nascesse com a terceira maior bancada do parlamento, atrás apenas do PMDB e do PFL (Furtado, 1996). Entre estes parlamentares 39 vinham do PMDB, 4 do PFL, 1 do PDT, 1 do PCdoB e 1 do PSC (Idem, 1996), sendo que, dentre os 39 ex-peemedebistas, 14 pertenciam ao MUP, entre os quais figuravam lideranças do movimento como o senador José Paulo Bisol (RS) e o deputado Nelton Friedrich (PR)<sup>20</sup>. Apenas os parlamentares do MUP somavam cerca de um terço do total daqueles que aderiram ao novo partido, sendo que estes, junto de outros parlamentares com origem em partidos de esquerda, totalizavam 17 parlamentares, ou 36% dos parlamentares que fundaram o PSDB.

Tanto os parlamentares do MUP como os demais deputados que integraram o novo partido logo foram agrupados em quatro tendências que passaram a compor o PSDB. De acordo com documentos partidários e do próprio discurso de fundação realizado por Fernando Henrique Cardoso, estas poderiam ser classificadas como “*social democratas* (tendência majoritária, representada sobretudo por Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Artur da Távola), *liberais "progressistas"* (tendência mais conservadora, representada por Afonso Arinos, Jaime Santana, Caio Pompeu de Toledo, Ronaldo Cezar Coelho), *socialistas-democráticos* (tendência mais à esquerda, formada sobretudo por membros do antigo MUP) e *democratas-cristãos* (menor tendência, representada por Montoro e José Richa)” (Idem, 1996; 100, grifos meus)

É possível dizer que aquilo que de fato unia os primeiros tucanos de todas as quatro tendências eram os motivos que levaram à cisão com o PMDB por parte do grupo dos históricos: a adesão ao parlamentarismo e à manutenção do mandato de quatro anos para José Sarney. Para além disso, não havia muito consenso entre a esquerda e os setores centristas/conservadores sobre quais deveriam ser as orientações

---

<sup>19</sup> Furtado (1996;95-96) fala em 47 parlamentares mas lista apenas 45.

<sup>20</sup> Dos 42 constituinte que integravam o MUP (Sanchez, 2003) foram signatários do PSDB: Nelton Friedrich (PR), Vilson de Souza (SC), José Paulo Bisol (RS), Koyu Iha (SP), Cristina Tavares (PE), Francisco Küster (SC), Ana Maria Rattes (RJ), Sigmaringa Seixas (DF), Vasco Alves (ES), Antonio Perosa (SP), Carlos Mosconi (MG), Mauro Campos (MG), Otávio Elísio (MG) e Rose de Freitas (ES) (Furtado, 1996).

programáticas/ideológicas do novo partido. Esta dificuldade inicial resultou em um primeiro programa que se autodescrevia de forma pouco nítida: “amplo bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo — por exemplo, liberais-progressistas, democratas-cristãos, sociais-democratas, socialistas-democráticos — o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.” (Lima Jr., s/d).

A falta de coesão do novo partido era tal que chegou a se refletir, inclusive, na escolha de seu nome. “A escolha desta designação não foi consensual. Uma avalanche de nomes e siglas foram propostas: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Democrático Popular (PDP); Partido Popular Progressista (PPP), Partido da Renovação Democrática (PRD), Partido da Transformação da Sociedade Brasileira (PTSB), Novo Partido Democrático (NPD), Partido das Reformas (PR), Partido da Conquista Democrática (PCD), etc.. Apenas sob a legenda "PSDB" havia três sugestões: Partido da Social Democracia Brasileira, Partido da Sociedade Democrática Brasileira e Partido Socialista Democrático Brasileiro. Por votação foi escolhida a atual denominação.” (Furtado, 1996; 95)

Curiosamente, apesar da tendência majoritária do partido se chamar “socialdemocrata”, Fernando Henrique Cardoso criticou a adoção deste nome pelo partido. (Paiva, 2006): "eu disse, à época, que aquilo não correspondia a uma realidade da Europa da primeira metade dos anos 50, onde os sindicatos tinham um papel central no Estado de Bem Estar Social. O Brasil não é assim. (...) Não se pode pensar como na Europa. (...) Aqui você tem ainda que fazer com que o capital exista, que ele funcione como capital. É outro momento. Você tem uma coisa mais atrasada e uma mais avançada simultaneamente. (Cardoso in Markun, 2004; 218-219 apud Paiva, 2006).

Isso teria ocorrido porque, na verdade, a socialdemocracia reivindicada por Fernando Henrique Cardoso, e os membros de sua tendência política, era “outra socialdemocracia”, compreendida como “uma variante moderna e ética da prática política reformista, que buscava uma diferenciação em relação ao populismo (associado ao PDT), ao corporativismo (identificado com o PT) e ao fisiologismo (PFL e PMDB)” (Cabrera, 1995). Porém, nesta variante reformista defendida pelos “socialdemocratas” “o peso do componente ideológico relaciona-se mais diretamente com a ideia de modernidade e da ética do que propriamente com o reformismo social-

democrático. A socialdemocracia é, para o PSDB, uma tendência modernizadora, materializada na implementação de reformas sociais, a partir do Estado, que ultrapassem as "pressões corporativas" e garantam estruturas de atendimento social de caráter universal" (Idem, 1995)

Apesar de ideias como "modernidade", "reformismo social" e "ética", parecerem simpáticas e genéricas o suficiente para unificarem o partido, isso não ocorria, pois, o que a esquerda do PSDB e os "socialdemocratas" compreendiam por "modernidade" e "reformismo social", eram coisas bastante diferentes e seus significados eram disputados dentro do partido. A esquerda do PSDB, formada sobretudo pelo MUP, se considerava socialista, e defendia uma modernidade que estivesse apoiada em uma continuidade das políticas desenvolvimentistas, isto é, em reformas sociais que fortalecessem o Estado brasileiro, possuindo, portanto uma "orientação fortemente estatista" (Power, 2000). Já as lideranças que encabeçavam a tendência "socialdemocrata", como FHC, Mário Covas e Bresser-Pereira, rejeitavam as políticas (neo)desenvolvimentistas e chamavam de "atrasados" aqueles que as defendiam.

Os tucanos "socialdemocratas" defendiam uma modernização de tipo liberalizante para sair da crise enfrentada pelo país, inclusive, a necessidade de privatizações já aparece no primeiro programa do PSDB (Paiva, 2006). A despeito disso, procuravam se diferenciar daqueles que apostavam na adoção do neoliberalismo, para tanto, diziam-se alinhados - principalmente Fernando Henrique Cardoso - àquilo que ficou conhecido como "terceira via", tida como uma forma moderna da socialdemocracia europeia que seria mais "adaptada" à nova sociedade pós-industrial e globalizada.

A terceira via é uma denominação criada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens para designar uma posição de "centro radical" que implica em "uma tentativa de demonstrar que os valores mais caros da esquerda possuem alguma "validade" na sociedade pós-industrial contemporânea" (Power, 2000, tradução minha). Para Giddens a terceira via seria uma forma de modernizar a social democracia europeia, pois "até nas formas mais desenvolvidas, o welfare state nunca foi genuinamente bom. Todos os estados de bem-estar social criaram problemas de dependência, risco moral, burocracia, formação de grupos de interesse e fraude" (Giddens, 2001;41 apud Guiot, 2006). Por "risco moral", Giddens compreendia "uma tendência maior a solicitar a assistência social, maior ausência do trabalho por pretensas razões de saúde

e um nível mais baixo de procura de emprego” (Idem, *ibidem*;125), assim, “o novo contrato social, que liga direitos a responsabilidades, deve ser baseado em um sistema reformado de welfare (...) que deve oferecer ajuda, e não caridade” (Idem, *ibidem*;101).

Apesar de sustentar um enxugamento do Estado como remédio para tal “diagnóstico”, e de afirmar que as reformas neoliberais foram necessárias para a modernização, Giddens considerava que “a terceira via identifica e propõe corrigir o “calcanhar de Aquiles” do neoliberalismo, qual seja, o fato de que os resultados da desregulamentação dos mercados ameaçaram seriamente a “coesão social” por meio de uma parceria entre Estado e sociedade civil (Guiot, 2006;59). Esta parceria implicaria “na substituição do Estado tanto na produção de bens e serviços públicos quanto na prestação de serviços sociais (...), é nesse sentido que surge a importância do chamado “terceiro setor”, cujo papel seria a substituição do welfare comandado pelo Estado em direção a uma “sociedade de welfare”, isto é, a concepção de que organizações da sociedade civil teriam um papel central no fornecimento de serviços sociais” (Idem, *ibidem*; 62).

O papel reservado à sociedade civil na manutenção da coesão social poderia ser compreendido como a única coisa que diferenciaria de fato a terceira via do neoliberalismo. No entanto, na sociedade civil da terceira via não haveria lugar para o conflito de classe (Guiot, 2006), aqui, o cidadão “é encarado como um contribuinte no pagamento de impostos e um cliente para a prestação de serviços. Ele é um cidadão-cliente. (Barbosa e Silva, 2003 apud Paiva, 2006). Essa visão vai justamente ao encontro daquela esposada por Fernando Henrique, ainda no início dos anos 1980, quando, apesar de já conceber a sociedade civil de forma positiva e o estado de forma negativa, amenizava a importância das classes sociais, criticava os movimentos sociais por seu viés corporativista e era descrente das lideranças sindicais emergentes que depois vieram a formar o Partido dos Trabalhadores (Paiva, 2006).

A “domesticação” da sociedade civil prevista pela terceira via faz com que suas fronteiras com o neoliberalismo fiquem bastante tênues, provocando uma dissolução de qualquer pretensão de “radicalismo”, ainda que “centrista”. Assim, o que existia de radicalismo no PSDB ficava por conta da esquerda desenvolvimentista e “estatista” tucana, vinda do MUP, que apesar de minoritária, compunha mais de um terço dos parlamentares existentes na agremiação e “contribuía para garantir o perfil de centro-esquerda do PSDB. Foi responsável pela “radicalização” de algumas

discussões internas ao partido, entre as quais podemos citar o debate sobre participar ou não da campanha de Lula nas eleições presidenciais de 1989 e sobre uma eventual adesão do PSDB ao governo eleito de Fernando Collor. Foi do MUP que saiu o vice-presidente da candidatura de Lula em 1989 (o senador e fundador do PSDB, José Paulo Bisol<sup>21</sup>)” (Furtado, 1996).

A esquerda do PSDB, muito possivelmente, também teve papel destacado nas votações na Assembleia Constituinte, que aproximaram bastante o desempenho do partido ao das agremiações de esquerda, segundo informaram o DIAP e a FIESP (Lamounier, 1989), assim como nas votações parlamentares de 1989, analisadas por Kinzo (1993). Aliás, 1989 é um ano bastante ilustrativo da atuação da esquerda tucana. Neste ano, curiosamente, apesar de 68% dos deputados estaduais tucanos terem declarado não possuírem vínculos com associações da sociedade civil, 3,6% destes declararam-se ligados aos sindicatos, situação que nunca mais se repetiu no partido nos anos seguintes, o qual, desde então, nunca mais contou com trabalhadores e/ou sindicalistas em suas fileiras (Rodrigues, 2002; Guiot, 2006).

Ainda em 1989, de acordo com Paiva (2006), "a ala mais à esquerda do PSDB reagiu mal ao discurso e à ideia de colocar Roberto Magalhães do PFL como vice de Covas. Para Fernando Henrique Cardoso, essa divisão interna impediu que o PSDB atraísse outras forças, impossibilitando-lhe chegar ao segundo turno, que foi disputado entre Lula e Collor” (Paiva, 2006; 56). Por fim, outro indicativo das tensões entre a esquerda e as tendências centristas/conservadoras do PSDB foi a hesitação do partido em apoiar Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989. “Descartado oficialmente o apoio a Fernando Collor, José Richa e Montoro defenderam neutralidade, outra opção foi o "apoio crítico" que ocorreria se o programa da candidatura (Frente Popular) fosse modificado.” (Furtado, 1996;151), no final, a esquerda tucana obteve sucesso e o partido apoiou a candidatura socialista do PT. “Para o PSDB a vitória de Collor e o apoio ao candidato derrotado somados à retração eleitoral de 1990, enfraqueceram a propensão mais esquerdista do partido. Esta situação abriria caminho para que alguns quadros peessedebistas tentassem uma aproximação com o governo Collor” (Idem, ibidem;151).

Foi justamente em meio a esta retração eleitoral de 1990 mencionada por Furtado que ocorreu a extinção do MUP, pois a maioria de seus representantes não

---

<sup>21</sup> Em 1989 Bisol migrou do PSDB para o PSB, partido pelo qual concorreu como vice de Lula às eleições deste mesmo ano.

conseguiu se reeleger (Idem, 1996). Este fenômeno provavelmente fez com que a esquerda do PSDB, que antes perfazia 1/3 dos parlamentares do partido, fosse praticamente eliminada. Sem as pressões da esquerda, os políticos do partido sentiram-se livres para experimentar uma aproximação com o governo Collor, a qual apenas não ocorreu de fato, com a exceção de Bresser Pereira que ocupou um cargo de ministro, porque Mário Covas, que havia sido favorável ao apoio da candidatura petista à presidência (Paiva, 2006;56), esforçou-se para impedir seus pares de participar daquilo que logo depois viria a se revelar um verdadeiro desastre político<sup>22</sup>.

Ainda que o PSDB não tenha aderido formalmente ao governo Collor, considerado por Cabrera (1995) como um paradigma do neoliberalismo no Brasil, é possível dizer que houve uma adesão programática e ideológica às suas principais diretrizes econômicas *antes mesmo* da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, sendo que esta apenas fez com que tal adesão ficasse explícita. “O governo Collor deve ser visto como um precursor das reformas liberais que viriam a ser aprofundadas e ampliadas pelo Governo Cardoso. (...) (O) Plano Real não é, meramente, um programa de estabilização solitário. Na essência, vai muito mais longe, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova (des)ordem mundial, conforme o ideário do Consenso de Washington” (Filgueiras, 2003;31 apud Novelli, 2005). Este diagnóstico pode ser confirmado por meio de uma declaração do próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre seu governo, então ainda em curso: “se você voltar ao discurso do Mário Covas chamado "Choque de Capitalismo", verá que as ideias gerais do atual governo estão lá. Alguém disse, "vocês estão fazendo o que o Collor fez". Não, antes do Collor já dizíamos isso” (Cardoso in Toledo, 1998; 114 apud Paiva, 2006).

## **Conclusão**

Espero que a exposição realizada aqui possa ter oferecido maiores subsídios para a caracterização do PSDB “das origens” como centro-esquerda. Apesar de sua tendência majoritária, capitaneada por Fernando Henrique Cardoso, de fato poder ser caracterizada, na melhor das hipóteses, como “centrista”, como o faz Roma (1999), e na pior, como neoliberal de terceira via (Guiot, 2006), a esquerda Tucana, representada

---

<sup>22</sup> Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz04029810.htm>

principalmente pelos parlamentares do antigo MUP, chamados no PSDB de "socialistas-democráticos", foi forte o suficiente para fazer com que o partido *como um todo* optasse por posicionamentos à esquerda em *momentos fundamentais* enquanto esteve atuante dentro da agremiação, isto é, entre 1988 e 1990.

Durante este período o DIAP e a FIESP atribuíram índices de votação para os parlamentares tucanos na ANC muito próximos àqueles dos partidos de esquerda, tendência que continuou em 1989, ano utilizado como base por Kinzo (1993) para atribuir uma caracterização de centro-esquerda ao PSDB. Neste mesmo ano o partido não conseguiu indicar um vice para Mário Covas oriundo do PFL, como pretendiam as tendências centristas/conservadoras, sendo que estas últimas não só não conseguiram apoiar a candidatura de Collor como perderam a disputa dentro do partido no que tange à decisão sobre apoiar ou não Lula no segundo turno do que foi, provavelmente, a eleição mais polarizada ideologicamente que o Brasil já teve. Porém, logo após a extinção do MUP, os centristas/conservadores, agora dominantes de fato, não tardaram em tentar uma aproximação com o governo Collor, e não hesitaram em aderir rapidamente aos preceitos econômicos ortodoxos assim que chegaram ao governo em 1994.

Por fim, é importante destacar também que a argumentação aqui desenvolvida vai no sentido de mostrar que a rápida mudança de posicionamento ideológico do PSDB da centro-esquerda para a centro-direita poucos anos após sua fundação não seria algo inesperado ou espetacular, como aponta Timothy Power (2000). Afinal, as tendências centristas/conservadoras do PSDB tentaram aproximações claras com o PFL apenas um ano após a fundação do partido, tendo sido impedidas pela esquerda tucana, a qual fora classificada por Timothy Power pejorativamente como "monoliticamente estatista" e defensora de um "nacionalismo dos anos 70", enquanto o restante dos tucanos "*consciously styled themselves after the modern social democratic parties of Western Europe*" (Idem, 2000). Não por acaso, a tal "modernidade" propagada por Fernando Henrique Cardoso acabou por ter muito mais afinidade com o atraso monolítico brasileiro do que o cientista político norte-americano poderia imaginar.

## Referências Bibliográficas

Assumpção, Raiane Patrícia S.. *Análise Organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006): a estrutura relacional e o capital político*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. 2008

Cabrera, José Roberto. *Os caminhos da rosa: um estudo sobre a socialdemocracia no Brasil*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 1995

Guiot, André Pereira. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2006.

Fleischer, David; Marques, Jales Ramos. *PSDB. De facção a partido*. Brasília. Instituto Teotônio Vilela. 1999

Fernandes, Floresta. *Nova República?*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1986

Furtado, Olavo Henrique Pudenci. *Trajetos e perspectivas socialdemocratas: do modelo europeu para o PDSB e PT no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas. 1996

Kinzo, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

\_\_\_\_\_. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, 1993.

Lamounier, Bolívar. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. Vol. 7. Edições Loyola, 1989.

Lima Jr., Olavo Brasil de Lima. “Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)” Verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), s/d

Marques, Jales Ramos; David V. Fleischer. *PSDB: de Facção a Partido*. Instituto Teotônio Vilela, 1999.

Mayer, Rodrigo. *Os partidos como organizações. Um estudo comparado do PSDB e PT*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2011

Melhem, Célia Soibelman. *Política de botinas amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. Editora Hucitec, 1998.

Novelli, José Marcos Nayme. "Lutas de classes, inflação e estabilização: uma abordagem sócio-política do caso brasileiro." *Cadernos Cemarx* 1.2. 2005

Novaes, Carlos Alberto. “Dinâmica Institucional de Representação”. *Novos Estudos CEBRAP* 38. São Paulo, março de 1994

Sallum Jr., Brasília. *Labirintos. Dos gerais à Nova República*. São Paulo. Hucitec. 1996

Sanchez, Raul Christiano. *De volta ao começo. Raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição. Brasília, Instituto Teótonio Vilela. 2003*

Paiva, Diogo Henrique da Silva. PT e PSDB: dois programas de governo, um projeto para o Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. 2006

Power, Timothy J. "The Third Way in the Third World. Theoretical Considerations and a Case Study of Cardoso's PSDB in Brazil." *World Congress of the International Political Science Association, Quebec City. 2000.*

\_\_\_\_\_. *Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization.* Penn State Press, 1997

Rodrigues, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social. Um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados.* São Paulo. Edusp, 2002

Roma, Celso Ricardo. *A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB (1988-1998).* Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 1999.